



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 20 de agosto de 2024

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo R\$ 1.412	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,36% São Paulo	134.153 14/8 15/8 16/8 19/8	R\$ 5,412 (- 1,02%)	Últimos 13/agosto 5,449 14/agosto 5,469 15/agosto 5,484 16/agosto 5,468	R\$ 5,998	10,40%	10,47%	Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46 Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38

CONCURSO/ Segundo os dados consolidados divulgados ontem, 54,12% dos 2,1 milhões de inscritos faltaram às provas, totalizando 970.037 comparecimentos. Resultado sairá em 21 de novembro

MGI divulga hoje gabarito do CPNU

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) divulga hoje o gabarito preliminar do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU). O ministério também consolidou os números relacionados às abstenções. Faltaram ao concurso 54,12% do total de 2,1 milhão de inscritos. Foram 970.037 comparecimentos.

Entre os candidatos que se inscreveram nas cotas de pessoas com deficiência (PcD), a abstenção foi menor: 39,28%. Nas ausências por estado, o Ceará foi o que teve maior número de candidatos inscritos que não compareceram, com 59,65% de faltosos. O menor percentual ficou com o Distrito Federal, com 43,39%.

O MGI também divulgou a relação detalhada de candidatos por vaga. Nos cargos de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas no IBGE, com especialidade em Engenharia Civil, o número de candidatos inscritos para uma vaga chegou a 28.500. A ministra do MGI, Esther Dweck, salientou, no entanto, que o cálculo considerou todos os inscritos no concurso e não o número de pessoas que, efetivamente, compareceram.

Cronograma

O ministério também destacou algumas datas importantes para os concurseiros. Após a divulgação, hoje, dos gabaritos preliminares, os candidatos podem entrar com recursos quanto às questões formuladas e os gabaritos divulgados até amanhã. No dia 8 de outubro, serão divulgadas as notas finais das provas objetivas e a nota preliminar das discursivas. Durante todo o mês de outubro, serão convocados os candidatos autodeclarados negros, indígenas e candidatos com deficiência para a verificação da condição. A divulgação dos resultados finais será em 21 de novembro.

O concurso foi dividido em oito blocos distintos de área de formação. Para as vagas dos blocos 1 a 7, o candidato precisa ter formação superior, já o nível 8 só exige formação no nível médio. O membro do Grupo Técnico Operacional do CPNU, Pedro Assumpção Alves, explicou porque o Estado decidiu fazer o concurso dividido em blocos. “No CPNU, o candidato se inscreve para várias vagas dentro do mesmo bloco, isso permite que ele concorra a mais vagas e tenha mais chance de conseguir entrar

Mariana Campos/CB



A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, avaliou o resultado do CPNU como “bastante positivo”

Percentual de abstenção por bloco

Bloco temático	Ausentes
bloco 1 infraestrutura, exatas e engenharia	52,51%
bloco 2 tecnologia, dados e informação	50,75%
bloco 3 ambiental, agrário e biológicas	47,98%
bloco 4 trabalho e saúde do servidor	48,05%
Bloco 5 educação, saúde, desenvolvimento social e direitos humano	53,77%
bloco 6 setores econômicos e regulação	52,02%
bloco 7 gestão governamental e administração pública	48,96%
bloco 8 nível intermediário	62,05%

Fonte: MGI

na administração pública. A nota é uma referência. Por mais que você não passe no cargo da sua preferência, você segue com grandes chances de entrar no sistema público”, explica Assumpção Alves.

“Queremos promover uma nova lógica para o Estado brasileiro, que é a lógica das pessoas entrarem no serviço público com interesse legítimo, principalmente na área de interesse que ele se

candidatou”, disse Assumpção Alves. “O candidato não precisa se assustar com os números por vaga, já que o número que importa é o por bloco. A vaga que ele vai conseguir depende do quão preparado ele estava na hora da prova”, conclui.

Candidatos que se inscreveram para o bloco 1, com as áreas de conhecimento de infraestrutura, exatas e engenharia, têm a maior competição de todos os blocos, com

28.500 candidatos por vaga para Analista de Projetos. Já no bloco 2, o cargo para cientista de dados tem a maior competição, com mais de 8 mil candidatos por vaga.

A vaga de biólogo, no bloco 3, tem uma competição de 9.500 pessoas por vaga. No bloco 4, o cargo para especialista em gestão pública tem mais de 18 mil candidatos por vaga. Para ser especialista em indigenismo, no bloco 5, são 16.455 para uma vaga. O bloco 6 tem os menores números de candidatos por vaga, com 1.800 pessoas por vaga para Analista de Dados. O bloco 7 também tem o número grande de candidatos por vaga, com mais de 25 mil candidatos por vaga para Analista Administrativo. No nível intermediário, o cargo de técnico do IBGE na região Norte teve o maior número de candidatos por vaga, com 4.500.

A ministra da Gestão e Inovação considerou que, mesmo com a taxa de abstenção acima de 50%, o resultado foi “bastante positivo”.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

STJ abre reservas com salário de R\$ 12,4 mil

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) abriu inscrições para o seu concurso público. O edital foi publicado na edição de ontem do *Diário Oficial da União (DOU)*. O certame formará cadastro reserva para os cargos de analista judiciário para áreas administrativa, judiciária e de apoio especializado, cujo salário é de R\$ 12.455,30. De acordo com o edital, haverá reserva de vagas observando as cotas obrigatórias previstas em lei.

Organizada pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe), a seleção será composta por provas objetivas e prova discursiva. A aplicação das provas do concurso está marcada para o dia 1º de dezembro. Os candidatos ao cargo de analista judiciário — área administrativa —, nas especialidade inspetor da polícia judicial também farão teste de aptidão física.

Todas as fases do certame, para todos os candidatos, bem como as etapas comprobatórias para os candidatos que solicitarem concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência ou a candidatos negros e dos candidatos indígenas, serão realizadas em Brasília (DF).

O período de inscrições e de solicitação da isenção da taxa de inscrição será de 30 de agosto a 20 de setembro. Interessados poderão se inscrever por meio do site do Cebbraspe (<https://www.cebraspe.org.br/>). O valor da taxa é de R\$ 120.

30 DE AGOSTO

é quando começa o prazo de inscrição no concurso do STJ. Interessados podem se inscrever até 20 de setembro no site do Cebbraspe, pagando a taxa de R\$ 120. O certame formará cadastro reserva para analista judiciário



RAUL VELLOSO

O INVESTIMENTO TOTAL EM INFRAESTRUTURA DESABOU EM NOSSO PAÍS. MEDIDO EM PERCENTUAL DO PIB, ELE CAIU NADA MENOS DO QUE 69,6% ENTRE O FINAL DOS ANOS 1980 (QUANDO CHEGARA A ATINGIR 5,6% DO PIB), E O ANO DE 2022 (1,7% DO PIB)

A hora e vez de mais infraestrutura pública

Tenho insistido bastante em mostrar o que nosso país deve fazer para andar mais e melhor na seara macroeconômica. Posso enviar alguns gráficos bastante ilustrativos dessa colocação a quem solicitar a raulvelloso45@gmail.com, com vistas a deixar esse ponto cada vez mais claro na mente das pessoas.

Quatro desses gráficos se inserem em um estudo com alto rigor científico de autoria de Cesar Calderon e Luis Serven, de 2010, patrocinado pelo Banco Mundial, e que se intitula *Infrastructure in Latin America*, The World Bank, May 2010. Conforme a experiência recente da quase totalidade dos países existentes no mundo de hoje, demonstrou-se que: 1)

quanto maior o estoque de infraestrutura, maior o crescimento do PIB per capita. 2) Quanto mais alta a qualidade da infraestrutura, idem. 3) Quanto maior o estoque de infraestrutura, menor a desigualdade de renda. E 4) Quanto maior a qualidade de infraestrutura, idem.

Já entre os gráficos específicos, com dados apenas do nosso país, pelo primeiro a destacar demonstra-se que, com base em dados do período 1980-2022, é muito alta a correlação entre as variáveis taxa de investimento público e taxa de crescimento do PIB. Ou seja, quanto maior a primeira, bem mais elevada se mostra a segunda. E o segundo gráfico específico com dados daqui, e por

ordem de importância, mostra que, enquanto o investimento público desabava, o privado se mostrava completamente estagnado. Ou seja, tudo indica que a substituição do público pelo privado praticamente não tem existido.

Vejam como o investimento total em infraestrutura desabou em nosso país. Medido em percentual do PIB, ele caiu nada menos do que 69,6% entre o final dos anos 1980 (quando chegara a atingir 5,6% do PIB), e o ano de 2022 (1,7% do PIB). Enquanto isso, o investimento privado em infraestrutura apenas oscilava levemente em torno da média de modesto 1,1% do PIB do início dos anos 80 até 2022. Assim,

não seria de estranhar que ocorresse o que acabou acontecendo por aqui: sem investir naquele que é o segmento crucial que explica mais que os demais a evolução do PIB, o país passou a crescer muito pouco.

Mais recentemente, passei a colocar bastante ênfase em dois temas fortemente relacionados com as colocações que acabo de trazer. Trata-se, principalmente, do problema previdenciário, que tem causado muito estrago entre nós. O ponto central é que quanto mais cresce esse tipo de gasto, e ele tem crescido muito por aqui, mais rígido (pelo tema em si, muito difícil de administrar) e menor se torna o espaço orçamentário para os países dedicarem a finalidades destacadamente importantes, como a que acabo de salientar, e que se refere, nada mais e nada menos,

à necessidade de se expandirem os investimentos em infraestrutura.

Antes de concluir, devo jogar ênfase em outros temas bastante delicados, e, junto com previdência, igualmente críticos no momento, em torno dos quais já começa a haver muito ruído nas barulhentas discussões no seio dos mercados financeiros. Isso tem a ver com o programa assistencial conhecido como BPC, o que, ao que tudo indica, tanto nesse como no caso do Auxílio-Doença, o problema central é uma enorme, e obviamente injustificável, incidência de fraudes, que impedem que os recursos sejam direcionados a finalidades mais justas e mais condizentes com a expansão do emprego em nosso país. Por que os nossos governantes não fazem algo mais para mudar esse quadro inaceitável?